
052ª SESSÃO ORDINÁRIA 08JUN2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED/RS, que tratará de assunto relativo ao Grupo de Teatro do Hospital Psiquiátrico São Pedro. A Sra. Alessandra Beatriz Malheiro Barbosa, representando o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. ALESSANDRA BEATRIZ MALHEIRO BARBOSA: Boa tarde a todos e a todas. Agradeço aos colegas pela presença. Gostaria de um pouquinho da atenção de todos. Eu vou ler um texto que os grupos de teatro elaboraram em cima de uma pesquisa, de um trabalho realizado por um colega, financiado pelo Fumproarte, o Gian Carlomagno. (Lê.): “Prezamos membros desta audiência, estamos, hoje, aqui para tratar de uma questão que se tornou emblemática nos últimos 17 anos no Estado do Rio Grande do Sul e em Porto Alegre: a destinação dos prédios do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Parte desse edifício tombado é reconhecida como patrimônio histórico e cultural de nosso Estado. Especificamente os blocos 5 e 6 têm sido utilizados nesse período, desde o ano 2000, a partir de uma parceria que nasceu entre as instituições artísticas e a Direção do próprio Hospital, como sede de trabalhos de grupos teatrais para o desenvolvimento de diversas ações como ensaios, criação de cenários e figurinos, oficinas e apresentações internas e externas. Atualmente, o Condomínio Cênico do HPSP é integrado pelos grupos Falos & Stercus, Oigalê, Povo da Rua, Nelic e Caixa Preta. No entanto, já ao final de 2016, de modo arbitrário, os grupos foram impedidos de fazer uso daquele espaço para suas tarefas artísticas sob argumentos questionáveis, e o mais preocupante: sem nenhuma

declaração concreta de nova utilização do local ou de realocação dos grupos. O Estado do Rio Grande do Sul vai perder, nas mãos da atual gestão, seu maior bem imobiliário, parte fundamental de sua história e de seu patrimônio cultural, e até agora não se sabe com que objetivo. Para entendermos um pouco melhor o que está acontecendo, vamos retomar brevemente alguns acontecimentos passados. A iniciativa de uso do espaço por parte dos grupos de teatro mencionados se dá, inicialmente, em comum acordo com a direção do Hospital, a partir do pioneirismo do grupo Falos & Stercus, em parceria, na época, com a instituição Bienal do Mercosul, cujo evento homônimo chegou a ocorrer no mesmo local, naquele ano de 2000. Inicia-se a primeira experiência de ocupação cênica, coletiva, de autogestão, em um espaço público abandonado e ocioso do Rio Grande do Sul. Uma nova forma de investimento descentralizado em saúde e cultura na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, apoiando e fortalecendo o trabalho de coletivos teatrais com vasto currículo e reconhecida trajetória nacional e internacional. Naquele momento, o local passa a ser conhecido como uma referência de transformação, inovação e criatividade na área das artes cênicas, da saúde e da arquitetura, através de profissionais e instituições que sempre apoiaram o projeto.

Os grupos de teatro realizaram diariamente, por 16 anos consecutivos, benfeitorias no local, desde o início, como reparos estruturais e elétricos, limpeza e manutenção. Os coletivos são unânimes em afirmar o quão difícil foram as primeiras ações, dadas as condições de abandono em que os espaços se encontravam. Muito trabalho foi realizado, todo o necessário para a segurança e estabilidade do local e de todos que ali passariam a frequentar.

Em 2003, o Instituto Estadual de Artes Cênicas - IEACEN, órgão responsável pelas Artes Cênicas da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, reconhece a importância da iniciativa dos grupos e designa o espaço como 1º Centro Cênico Estadual, celebrando o feito com o evento Porta Aberta. Esse é o primeiro momento que fica publicizada oficialmente a intenção por parte do Governo e dos grupos, de formalizar a ocupação cênica no Hospital Psiquiátrico São Pedro, disponibilizando arte e saúde gratuitamente à população. Entre os anos de 2003 e 2005, foi realizada a assinatura do Termo de Cessão de Uso aos grupos de teatro, por quatro anos de duração, renováveis no silêncio das partes. A Cessão de Uso foi respaldada pelas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, representadas pelo Secretário da Saúde, Osmar Terra, e pelo

Secretário da Cultura, Roque Jacoby. Entre os anos de 2007 e 2010, a gestão seguinte, ocorreram dificuldades no diálogo dos grupos com a Secretária de Estado da Cultura, Sra. Mônica Leal, que não reconhecia o Termo de Cessão de Uso assinado pela gestão anterior e o histórico propositivo da ocupação cênica. Em 2011, o Condomínio Cênico passa a ser objeto de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo pelo Escritório Modelo Albano Volkmer, EMAV, originando ali um projeto de estudo arquitetônico para os pavilhões cinco e seis do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Esse projeto arquitetônico, criado conjuntamente com os grupos teatrais, prevê a recuperação e restauro dos prédios para uso cultural da população através do trabalho das instituições artísticas que ali se instalaram. Em 2014, com uma nova Secretária de Saúde, a Sra. Sandra Fagundes, e com uma visão a favor da união entre a saúde, a cultura e a arte no Hospital Psiquiátrico São Pedro, foi assinado, no dia 27 de março, um termo de intenção da Secretaria da Saúde para ceder os pavilhões cinco e seis do HPSP à Secretaria de Cultura, então representada pelo Sr. Luiz Antonio de Assis Brasil. Em 2015, com a entrada da atual gestão, a interlocução precisou ser restabelecida nos primeiros meses, e coletivos do Condomínio Cênico procuraram o atual Secretário de Cultura, Sr. Vitor Hugo, para concretização e efetivação dos convênios encaminhados na gestão passada. A resposta obtida dos Secretários, tanto da Cultura quanto da Saúde, foi de que o interesse na parceria continuava ativo, e que seria necessário um novo encaminhamento, com pequenos ajustes, nos planos de trabalho estabelecidos como contrapartida para o convênio. No entanto, em contradição com a palavra empenhada, já em dezembro de 2015, os grupos do Condomínio Cênico receberam uma correspondência oficial da Secretaria da Saúde solicitando a desocupação dos prédios cinco e seis. Após uma grande mobilização da sociedade civil e dos coletivos artísticos, em janeiro de 2016 a Secretaria do Estado da Cultura comunica oficialmente à imprensa um acordo com a Secretaria da Saúde no qual receberia todos os pavilhões históricos – do 1 ao 6 – para uso cultural, e que o convênio com os grupos do Condomínio Cênico nos pavilhões 5 e 6 seria concretizado. Cabe salientar que, nessa reunião que eu acabo de citar entre Secretaria da Saúde e Secretaria da Cultura, através do relato do Secretário de Cultura Victor Hugo, estava presente o Vice-Governador. Os grupos, sempre percorrendo as necessárias etapas para formalização das promessas apalavradas pelo seu Secretário da Cultura, foram surpreendidos no último dia 12 de

novembro de 2016, em que um dos grupos do Condomínio Cênico, o Falos & Stercus, estrearia seu novo espetáculo no pátio dos pavilhões 5 e 6, respeitando a cedência do local, via Secretaria da Cultura. O grupo tinha autorização do Secretário da pasta para tal atividade, além disso havia comunicado à direção do Hospital, três semanas antes da estreia, no entanto, de maneira deliberada e surpreendente, o Diretor de Departamento de Coordenação dos Hospitais do Estado – DCHE, Luiz Carlos Pinto Sobrinho, agendou uma visita do Corpo de Bombeiros para um dia antes da estreia e foi registrada a ausência do Plano de Prevenção Contra Incêndios, levando à decisão de interdição do espaço. Cabe salientar que a visita não se deu nos demais pavilhões 1 e 4, que têm ainda atividades diárias, com funcionários em geral e pacientes. Cabe ressaltar ainda o mais descabido: a interdição refere-se somente aos pavilhões 5 e 6. Não se trata de vistoria para verificação das condições do local para melhoria da habitabilidade e dos cuidados com o local, tendo em vista que os prédios são interligados e a interdição se deu somente nos 5 e 6; trata-se, em realidade, de uma ardilosa expulsão que fere a livre expressão artística de grupos teatrais e toda a revitalização do espaço que faz parte da história cultural de nossa Cidade. Saliente-se aqui que a intenção de melhoria da habitabilidade é cultivada pelos grupos de teatro que cuidaram do espaço por 17 anos ininterruptamente.

Salientamos ainda que o laudo de interdição solicitado ao Corpo de Bombeiros, a pedido do Sr. Diretor do DCHE, definia inicialmente a interdição total do local, ou seja, de todos os pavilhões do HPSP. No entanto, alguma interferência causou que fosse feita uma rasura no item "interdição total", com posterior marcação para o item "interdição parcial", demonstrando assim a vontade de expulsar os grupos que trabalhavam diariamente e mantinham seu sustento e o de suas famílias. A quem interessar, com a proibição arbitrária da continuidade deste projeto, 50 famílias, ou seja, cerca de 250 pessoas, foram diretamente prejudicadas em seu sustento. O local, desde então, permanece vazio e voltou ao abandono.

Vale destacar, por fim, que a ocupação artística do Condomínio Cênico do HPSP sempre aconteceu de forma racional e convicta por parte dos grupos, realizando os necessários diálogos e ações políticas e administrativas. Os blocos se tornaram um Centro de Produção e Apresentação Teatral da Cidade, reconhecidos nacional e internacionalmente.

As inúmeras entidades apoiadoras fizeram registros das mais diversas formas: vídeos, cartas, ofícios e abaixo-assinados. Apoio de âmbito nacional que reconhece a ocupação artística

desenvolvida em um espaço público que estava abandonado, ocioso e que se transformou em um centro de pesquisa ativo e pulsante.

Os grupos que se dispõem e, mesmo com todas as adversidades encontradas inicialmente, sempre se dispuseram a esta ocupação que gera transformação social, estão em busca de uma estabilidade para os seus trabalhos, consolidando esses espaços como sua referência nacional de ocupação cênica e suporte para a arte pública e para a sociedade em geral. Que consolida a ideia de que arte e cultura para a população também são saúde mental, corporal e espiritual.

Por todos os fatos, motivos e argumentos aqui apresentados, não viemos até aqui fazer uma solicitação. Viemos fazer uma exigência: que se cumpram os desígnios da legalidade. Que o espaço público seja para uso da população. Que o patrimônio histórico e cultural de um Estado esteja, de alguma forma, nas mãos de seu povo. Neste momento, retirar arbitrariamente os grupos do HPSP é retirar do povo a possibilidade de uso daquele espaço, pois, por inadequação de condições, aquele prédio jamais voltará a ser um hospital, mas pode, sim, e deve, se tornar o grande centro cultural de referência no nosso País, para o qual ainda há espaço em seu destino.

Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos a Sra. Alessandra Beatriz Malheiro Barbosa a fazer parte da Mesa. Registramos a presença da Sra. Sandra Fagundes, ex-Secretária Municipal da Saúde de Viamão, de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Seja muito bem-vinda com todos os demais assistentes, nesta tarde.

A Sra. Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, em nome dos Vereadores Adeli, Olibaldi e Sgarbossa, a nossa Bancada do PT acompanhou há bastante tempo, acompanha, talvez há 17 anos - um pouco menos -, essa linda e trágica história, como não podia deixar de ser, do teatro de rua, a beleza e a tragédia. Só que o grande mérito dos grupos, que aqui se manifestam mais uma vez, é o da resistência, da construção, da reanimação diante de cada vez que colocam tamanhas barreiras nos seus caminhos. Nós já havíamos acompanhado o absurdo dessa intervenção direcionada, pedida pelo Governo, para impedir a apresentação e a manutenção dos grupos naquele lindo espaço. Lindo porque vocês estão lá, lindo não porque o chamam de Condomínio Cênico, mas lindo porque tem uma apropriação da

comunidade, dos servidores da saúde. Eu me lembro de quando nós fomos lá, na assinatura do Termo de Compromisso, o qual não se conseguiu avançar, pela burocracia do Estado, em algo mais sólido e não ficar ao sabor das mudanças de Governo, pois já tínhamos vivido quase a expulsão no Governo anterior.

Dizer para os colegas Vereadoras e Vereadores; para o Ver. Tarciso Flecha Negra, que é o Presidente da CECE, quem sabe a nossa Comissão se manifeste. O que a Alessandra colocou aqui acerca da intencionalidade, da rasura, da falta de compromisso, a interlocução com o Secretário da Cultura, parece que ele não é do mesmo Governo: joga para as costas do outro Secretário, para outra pasta, e os grupos de teatro ficam impedidos de fazer pesquisa, de fazer a sua arte, de receber o público, e estão, de novo, na rua; de novo, despejados. Então, eu quero dizer que os cinco grupos são da mais alta qualidade, são grupos premiados, viajam o Brasil – quero falar aqui para as Vereadoras e Vereadores que não os conhecem –, são maravilhosos e já se apresentaram aqui no nosso teatro. Lembro-me do maravilhoso Caixa Preta se apresentando no Glênio Peres em 2011. São grupos da maior relevância para a cena cultural, para a cultura do Estado, e proponho, como encaminhamento, que a nossa Comissão – a Assembleia já fez um esforço –, enfim, possa chamar os diferentes agentes para tentarmos, de novo, uma mediação, uma evolução nesse tema. O teatro não pode ser calado dessa maneira, não pode haver a indiferença a que nós estamos assistindo e, pior, a atitude criminosa de impedir que a arte se realize.

Parabéns aos grupos pela resistência e contem conosco. A nossa Câmara está aberta para a cultura, disso eu tenho certeza. O Presidente Cássio está fazendo a III Mostra de Artes Cênicas e Música do Teatro Glênio Peres. Aliás, o Presidente Cássio fez a segunda e está fazendo a terceira. Há uma demanda dos grupos de teatro de rua, porque eles querem ter espaço na Mostra de Artes do Teatro Glênio Peres para fazer no pátio. Quem sabe a Mesa consegue encaminhar uma emenda à lei, que é de autoria da Mesa, para que a gente, na próxima Mostra, possa acolher também o teatro de rua aqui nos espaços maravilhosos que a Câmara tem. Parabéns pela resistência, contem conosco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer do nosso apoio à luta de vocês, eu estou falando em nome do Ver. Alex e do Ver. Roberto Robaina. Nós conhecemos a luta desde o início, desde 2009, quando, no Governo Yeda, houve uma ameaça real de retirada dos grupos. Esta Câmara se envolveu muito – eu falava com o Ver. Tarciso, que é o Presidente da CECE –, nós recebemos a pauta na Comissão de Educação, mas foi sobretudo a luta dos artistas que conquistou a permanência naquele momento. Depois, de novo, em 2013. E, agora, em dezembro de 2015, quando o Governo tentou retirar os cinco grupos, e houve uma resistência enorme da classe artística municipal, estadual e nacional de apoio à permanência dos cinco grupos no Hospital Psiquiátrico São Pedro, reconhecendo esse lindo projeto, que significa espaços de violação de direitos extremamente complicados há muito tempo, antes da reforma psiquiátrica e do avanço de uma série de conquistas no campo da saúde mental. Então, se ressignifica com arte, com cultura, com produção, o que interfere no grupo dos trabalhadores, mas, sobretudo, naqueles que podem usufruir desses espetáculos. E o Governo perdeu, teve que recuar.

Agora, faz uma inspeção só nos pavilhões cinco e seis, interdita, diz que os grupos não podem entrar, porque tem risco, mas os pavilhões um e quatro, onde circulam milhares de pessoas diariamente, inclusive, funcionários de carreira, não têm risco nenhum. São dois pesos e duas medidas. Lamentavelmente, a gente sabe que é para retirar os grupos e não para proteger as pessoas, porque, se fosse para proteger as pessoas, teria que ser uma questão estrutural do um ao seis, garantindo o PPCI junto com os grupos, e não expulsando aqueles que vêm fazendo arte.

Acho que o encaminhamento da CECE é um bom encaminhamento, teve audiência na Assembleia, talvez uma moção ou outras iniciativas para que a gente possa ajudar a luta de vocês, essa luta permanente, essa luta necessária. Parabéns, contem conosco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cumprimento a Alessandra Barbosa, que já conheço; quero cumprimentar também a todos, os artistas de rua que já conheço há bastante tempo também. É a minha bandeira: educação, esporte, cultura. Acho que o teatro é muito importante na vida de qualquer um, e o trabalho que vocês vêm fazendo é muito importante. Então, a Ver.^a Sofia, que é membro da nossa Comissão, assim como qualquer um dos Vereadores da nossa Comissão - Matheus, Pujol, Medina - pode encaminhar qualquer pedido. Eu, como Presidente da Comissão, vim aqui para apoiar e dizer que estaremos à disposição para fazer uma pauta e convidar o Governo, para que venha explicar, e vocês se manifestarem sobre o que realmente está acontecendo. Como Vereador que tem a bandeira da educação, do esporte, da cultura e lazer, venho colocar também o meu Partido, assim como a Comissão, à disposição de vocês. Parabéns pelo trabalho que vêm fazendo na nossa grande Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. DR. GOULART: “Prestai atenção senhores, eu vim para enterrar César e não para exaltá-lo. O mal que os homens fazem sobrevive depois deles, o bem é quase sempre enterrado com seus ossos. Que seja assim seja com César, ele foi um homem fiel e justo, mas o nobre Brutus disse que o nobre César é ambicioso. Sempre que os pobres choravam, César se lastimava. Mas o nobre Brutus e os Senadores dizem que César era ambicioso. Vede bem este manto, eu me lembro a primeira vez que César o usou. Por aqui passou o punhal de Cássio, do invejoso Cássio; veja, por aqui passou o punhal; por aqui passou o punhal do bem amado Brutus, e notai como o sangue de César é como que correu à porta para certificar-se que era seu filho que batia de maneira tão cruel. Mas se fosse eu Brutus, e me chamariam de Marco Antônio Brutus, e eu seria capaz de colocar uma língua atrás da ferida de César, e em revolta as pedras de Roma. Pois meu pai César foi um verdadeiro homem, e como ele, um homem honrado”. – Shakespeare.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do artigo 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Caro Presidente Cássio; caríssima Alessandra, eu teu nome cumprimento todos os grupos de teatro. Quero fazer uma saudação especial à Sandra Fagundes; ao cumprimentá-la, cumprimento todos aqueles que têm a preocupação com a questão da saúde mental aqui no Estado; aos seus grupos de teatro, como já foi dito pela líder da bancada do meu partido, a Ver.^a Sofia Cavedon. Agora falo em nome das bancadas do PSOL e do PT, que são as bancadas de oposição, agradecendo a Fernanda pela cedência do tempo.

Dizer que nós nos engajamos com as proposições já feitas aqui e queremos nos mobilizar, efetivamente, para que haja continuidade desse magnífico trabalho. Digo mais: há que se parar com as ações pontuais, às vezes escolhidas a dedo, por agente públicos que deveriam ver a coisa pública que é o Corpo de Bombeiros. Nós, que sempre defendemos a sua separação e a continuamos defendendo, não podemos aceitar que, na calada da noite, na véspera ou antevéspera de um evento, o Corpo de Bombeiros, que tem que trabalhar com a prevenção, faça o que tem feito. Não foi só o caso de vocês. Eu, em 2014, vivenciei isso no Parque de Exposições da Assis Brasil. Abria sábado de manhã; sexta, no final do dia, o Corpo de Bombeiros interditou os 141 hectares do Parque de Exposições da Assis Brasil. É claro que nós não sucumbimos, fomos à luta e conseguimos modificar e fazer uma das feiras de maior sucesso. O sucesso das atividades artísticas, o cuidado com a saúde mental, a defesa da cultura, a área patrimonial que nós temos lá não pode ficar à mercê de jogos que hoje nós sabemos o objetivo: é uma disputa dentro do próprio Governo por questões que são corporativas. E nós estamos falando aqui de questões patrimoniais, artísticas, culturas e de toda a sociedade. Contra todos os homens e mulheres do mundo, não pode um segmento se sobrepor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença da Sra. Alessandra Beatriz Malheiro Barbosa, representante do SATED/RS, e de todos que estiveram aqui presentes.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h47min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h48min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar das dificuldades enfrentadas pelo Hemocentro de Porto Alegre, trazidas pela Sr.^a Marilu Peck, que representa o Hemocentro.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Marilu Peck, Assistente Social e responsável pela Captação de Doadores do Hemocentro. A Sra. Marilu Peck está com a palavra.

A SRA. MARILU PECK: Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui conversando com vocês sobre um tema tão importante como é a falta de sangue neste período em que estamos passando. Este é um tema que, com certeza, é do interesse de todos nós, de todos aqueles que preservam a vida. É por isso então que nós fomos convidados, o Hemocentro, para vir até aqui conversar com vocês e pedir, então, que nos ajudem de alguma forma, que colaborem conosco de alguma forma. Vocês vão ver agora no vídeo o que é o Hemocentro e o que ele representa para a nossa sociedade. O Hemocentro atende 49 hospitais de Porto Alegre, região Metropolitana, Litoral e subida da Serra, para vocês verem então a importância deste órgão estadual à disposição da nossa população. Gostaria que todos prestassem atenção, para que depois a gente possa trocar informações sobre isso. (Procede-se à apresentação de PowerPoint.) Pessoal, eu gostaria que vocês tivessem uma especial atenção. Nós estamos falando aqui é de vida. O Hemocentro é todo esse complexo, e nada disso funciona se não tivermos doadores de sangue. A nossa Cidade, Porto Alegre, está carente de doadores de sangue em todos os hospitais. Nós, aqui, hoje, representamos o Hemocentro, que, como já falei, atende 49 hospitais. O Hospital de Pronto Socorro está sob nossa responsabilidade. Então, hoje, eu fui convidada, e agradeço muito o convite do Ver. José Freitas, porque ele também vai estar se empenhando nessa situação, porque nós precisamos ter aproximadamente 2.500

bolsas de sangue para atender todos esses hospitais, e precisamos da ajuda de todos vocês. Cada um de vocês aqui tem um grupo com que pode muito bem conversar. E é isso que venho solicitar: que cada um de vocês trabalhe as informações que tiveram aqui, a responsabilidade de tudo isso está com todos nós. A responsabilidade não é só do Hemocentro, a responsabilidade não é só dos hospitais e nem dos profissionais que estão trabalhando com isso. É de todos nós. Hoje nós não estamos precisando de sangue, mas amanhã quem sabe um filho, um amigo, um vizinho, uma pessoa querida estará precisando. Se eu nunca pensei em doação de sangue, como posso conversar, pedir para alguém doar? Se eu não sei, no mínimo, quais são as questões que impedem ou facilitam a doação de sangue? Como é que eu posso conversar sobre isso? Todos nós somos responsáveis. A vida é uma só, e somos responsáveis por ela. Por isso eu achei que aqui, hoje, a Câmara de Vereadores seria um lugar em que eu pudesse solicitar a todos vocês uma parceria para que nós façamos um projeto para trabalhar com as comunidades, com as pessoas que precisam de sangue, que precisam ter saúde para ser doadores de sangue. Não é qualquer um que pode doar sangue, não é com qualquer idade, não é em qualquer momento, mas precisamos, sim, de doadores de qualidade para que tenhamos um sangue de qualidade para podermos atender e restabelecer a saúde daquele que está precisando. Por isso eu acho que aqui é um lugar que eu posso contar com todos vocês. E eu tenho certeza, porque aqui tem médicos e profissionais de saúde que conhecem muito bem essa situação; pessoas que atendem a sua comunidade e atendem com solicitação de doadores de sangue, para sua família, para os seus amigos. Pessoas que estão ali sem condições nenhuma de doar, mas que solicitam a vocês que vão atrás e conseguem doadores.

O Hemocentro fica na Av. Bento Gonçalves, nº 3722. Nós atendemos de segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 18h. Como eu já falei, nós temos uma necessidade de 2.500 bolsas para atender 49 hospitais e o Hospital de Pronto Socorro e três hospitais neonatal que têm uma necessidade enorme do sangue do tipo O negativo. Somente 9% da população tem esse sangue. Como é que nós podemos trabalhar isso, então? Como é que nós podemos atingir a população sem ser pela mídia? Porque a mídia está sempre do nosso lado e consegue um apelo imediato. No dia que vocês veem na TV uma solicitação de sangue, nós teremos mais de cem doadores neste dia. Só que cem doadores é o número que nós precisamos todos os dias, diariamente, para podermos atender. Vocês sabem

que nem todo mundo pode doar, mas chega lá feliz da vida por querer ajudar outras pessoas e, na triagem clínica, 26% dos nossos doadores são inaptos por algum motivo; 4% dos nossos doadores são inaptos por terem tido hepatite - e muitas vezes não sabem; ou por terem alguma outra doença transmissível pelo sangue. Isso quer dizer que a nossa triagem clínica é quase que cem por cento muito bem feita.

Nós precisamos que vocês nos ajudem organizando grupos e nós, Hemocentro, nos colocamos à disposição para capacitar os grupos que vocês elegerem como propícios para fazerem esse trabalho. Nós capacitamos e eles, então, trabalham os grupos que vocês podem conseguir para que possamos fazer isso. Quando eu falo grupos, não são 60, 70 pessoas; podem ser duas pessoas que queiram ser multiplicadores que divulguem e multipliquem essa necessidade, essa importância na sua rua, na sua universidade, no seu local de trabalho. Isso, para nós, já é o suficiente; coisa que para muita gente parece que não é nada. Nós estamos trabalhando as empresas, nós estamos trabalhando as universidades, as comunidades. Toda empresa calçadista, por incrível que pareça, nos manda doadores. A empresa que mais nos atende é a Dell Computadores, que manda 120 doadores. Quer dizer, se eles podem, por que as outras empresas não podem fazer isso? Por que nós da comunidade não podemos nos expressar, não podemos nos colocar à disposição? São vidas!

Esses dias eu coloquei numa rede social a foto de um cachorro doando sangue. Se o cachorro pode doar sangue para o seu semelhante, por que nós, humanos, não podemos pensar no outro? Por que nós não podemos nos reunir, conversar na nossa rua, no nosso condomínio, no nosso local de trabalho e montar um grupo e fazer esse grupo, de três em três meses, de dois em dois meses, ir até o Hemocentro e fazer a sua doação.

Vou dizer uma coisa para vocês: no Hemocentro ninguém leva bolsa de sangue para casa. O sangue vai para os 49 hospitais necessitados, hospitais com acidentes, hospitais com cirurgias graves, bebês recém-nascidos com necessidades importantes, mães que acabaram de dar a luz e estão precisando de sangue, é esse o nosso público. E é isso que eu vim aqui solicitar a vocês, que formem grupos dentro da comunidade de vocês, aqui mesmo dentro da Câmara de Vereadores e ajudem o Hemocentro. Eu agradeço imensamente e sei que as pessoas que estão ouvindo estão se interessando pelo assunto e, com certeza, nós vamos ter um bom resultado, porque resultado a gente espera de toda aquela pessoa que tem coração. E eu tenho certeza de que vocês têm coração. Eu

agradeço muito, mesmo os que estão pensando em outras coisas, por estarem me ouvindo. Eu agradeço muito o convite e nós esperamos que todos nos atendam de alguma forma. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido a Sra. Marilu Peck a fazer parte da Mesa. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, quero cumprimentar a Sra. Marilu Peck pela apresentação, pelo filme. Isso é muito importante. Eu estava ali embaixo olhando: doe sangue. Atrás do sangue está a vida. Doe vida! Isso é muito importante. Eu quero parabenizá-la e quero dizer também, em nome do Ver. Paulinho Motorista, do PSB, que nós ficamos emocionados, falando sobre a doação de sangue, que é muito importante. No ano passado, eu caminhava ali na Esquina Democrática, eu moro na Rua da Praia, e tinha um senhor que trabalhava aqui, o Batista, ele tem um grupo de irmãos de sangue no Brasil. Ele estava com 15, 20 pessoas, e eu fiquei olhando e perguntei para ele, então ele disse: “É doação de sangue, a gente está entregando aqui”. Falei: Me dá aqui. Vi ele e a filhinha dele pregando doar sangue, doar vida, peguei um pouco também e conversei ali com as pessoas que me conheciam: Vamos fazer isso, é muito importante! Às vezes a gente passa e olha, e não dá importância, mas como é importante doar vida. Doar sangue é um ato humanitário que enobrece e traz satisfação interior muito grande, afinal, por meio deste ato você ajuda a salvar vidas. O sangue doado é usado para assegurar o direito primordial ao ser humano, à vida. Sua atitude em doar sangue é a esperança de muitos pacientes que precisam de sangue para continuar vivendo. Como não há substituto para um doador, ele é especial. É preciso que as pessoas saudáveis doem sangue regularmente. Cada doador pode salvar quatro vidas, como acabaste de dizer. Esse deve ser o motivo de alegria para quem doa sangue, um incentivo para que um gesto tão grandioso venha a tornar-se um hábito de salvar vidas. Temos que ter preocupação, sensibilizar nossos doadores e agradecer aos que já doaram no sentido de sensibilizar para que seja fidelizado no ato da doação. O brasileiro é um povo extremamente solidário que responde muito intensamente a essas campanhas quando

são solicitadas. Tu acabaste de dizer aqui: quando a mídia faz uma grande campanha, há uma corrida enorme, só que nós não podemos ficar esperando, nós temos que continuar a doar vida, fazer essa doação de sangue. A mídia às vezes passa um tempo a campanha, mas muitas pessoas que estão no hospital necessitam dia a dia, todos os dias, como disseste, cirurgias muito complicadas e que precisam de sangue. Então quero cumprimentar aqui, em nome do Ver. Paulinho e no meu nome, e dizer: conte com este Vereador, este ato é um ato humano. Conte com a gente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, caríssima Marilu, obrigado por sua presença, acho que foi tremendamente esclarecedora para todos nós. Queria lembrar que em 1950 o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, sancionou a Lei nº 1.075 sobre a doação de sangue. Vejam, em 1950 já havia essa preocupação com a vida, com a saúde das pessoas. Agora, dia 14, nós festejamos, lembramos o Dia Mundial da Doação de Sangue; nós estamos, felizmente, aqui na Câmara, Presidente, nos antecipando ao debate. A gente, normalmente, fala em deitar a cabeça no travesseiro com a consciência limpa, mas eu diria o seguinte: consciência limpa é deitar a cabeça no travesseiro e ter a certeza de que fez o bem ao próximo e que seu sangue agora corre nas veias de outra pessoa. Eu acho tremendamente importante, Ver. Cassiá Carpes, que a gente tenha essa clareza da necessidade, Ver. Dr. Goulart, da doação de sangue. Vejo que o Hemocentro é uma instituição que tem se preocupado com a questão da doação, porque repassa, como disse a Marilu, para 49 outras instituições.

Minhas senhoras e meus senhores, aqui nesta Câmara, hoje, queremos fazer retumbar – Ver. Oliboni, que trabalha no Hospital São Lucas da PUC – essa questão. Nós podemos, nós devemos fazer campanhas específicas aqui nesta Casa junto às instituições com as quais a gente tem algum tipo de relação, discutir, Camozzato, com a CDL, com o Sindilojas, com a Abrasel, com o Sindióptica, com várias instituições, para que esse espírito de solidariedade e de vida, Freitas, Alvoni, se espalhe pelo Rio Grande do Sul afora, assim como deveríamos fazer sobre doações de órgãos também. Então nós

estamos aqui para, efetivamente, nos engajar nesse processo da doação de sangue. Marilu, que você, seus colegas de trabalho, outras pessoas, outras instituições – mas, especialmente, o Hemocentro – continuem nessa grande batalha. Sr. Presidente, para concluir, creio que nós, a Casa, sob a sua condução, podemos ajudar em muito com a nossa colaboração. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, o Ver. Cassio Trogildo; e convidada do dia de hoje para falar sobre doação de sangue, particularmente do Hemocentro do Estado, a oradora Sra. Marilu Peck, assistente social e responsável pela captação de doadores do Hemocentro. Todos nós sabemos que o Hemocentro é uma entidade estadual que fica ali na Av. Bento Gonçalves, próximo à PUCRS – portanto, um local que não só os porto-alegrenses, mas também a maior parte dos cidadãos do Estado do Rio Grande do Sul já conhecem. Nós também temos, além do Hemocentro, muitos pedidos que acontecem para doação de sangue, por exemplo, na Santa Casa, no Hospital de Clínicas, no Pronto Socorro Municipal, no Hospital Divina Providência, no Hospital Mãe de Deus, no Hospital Moinhos de Vento, no Hospital Conceição e no Hospital São Lucas. Quero dizer também que todos nós, praticamente, já recebemos uma demanda de doação de sangue. Geralmente, quando bate na nossa porta, Ver. Dr. Goulart, um familiar, a gente não só fica mais sensibilizado, mas vê a importância de doar sangue, doar vida, ressuscitar o cidadão com a doação de sangue. Portanto, o gesto é mais do que simbólico, é humano, é divino, eu diria, porque doando sangue, de fato, nós estamos dando a possibilidade de o cidadão ter uma vida melhor, ou, enfim, uma vida mais longa. Nós acompanhamos já muitos amigos, muitos cidadãos que perderam a vida porque não chegaram a tempo, porque perderam praticamente todo o sangue e não tinham mais como fazer transfusão.

Então esse gesto não é político, não é só de uma entidade, ele é universal. Creio que a grande maioria aqui é doador de sangue; talvez, a grande maioria pense que não é

doador de órgãos, mas todos somos doadores de órgãos. Por isso, é importante a família saber desse gesto que um dia pode bater à nossa porta.

Eu estava ouvindo a Marilu e estava lendo no *site* que, se 3% ou 4% da população brasileira tivesse uma rotina normal de doar sangue, nós não precisaríamos de campanhas. Mas não temos nem 1%, esse é o máximo de quem se dispõe a fazer gratuitamente doação. Até existem leis estaduais, municipais e federais para compensar a ida do cidadão quando vai doar sangue. Algumas leis possibilitam folga para o cidadão naquele dia. Mas creio que temos que avaliar o gesto, a importância de termos a possibilidade de ajudarmos quem, numa fatalidade, num acidente, precisa.

Queremos nos somar a essa sua manifestação e dizer que, com certeza, todos nós podemos contribuir de uma forma ou de outra. Como a Marilu falou aqui, muitas vezes são empresas que fazem doação, mas, numa emergência, a maioria das vezes quem faz é o Exército, ele é o campeão em doação. Espero que esse gesto seja estendido por todos os cidadãos e pelo próprio governo. Possivelmente, todos esses pacientes são atendidos pelo SUS, por isso o Hemocentro doa para 49 hospitais. Esse gesto não tem preço, é gratuito. Tenho certeza que um dia o Hemocentro terá uma Van ou um instrumento itinerante que possa viajar, que possa recolher para ter sempre essas 2.500 bolsinhas disponíveis para quem precisa. Boa-sorte! Continuem dando vida, porque isso é importante, um gesto maravilhoso! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. Sra. Marilu, muito obrigado por ter aceito o convite de vir até aqui. Eu acho que seria de extrema importância cada cidadão presenciar o que eu presenciei lá no Hemocentro, porque, Sr. Presidente, eu entrei na sala onde é guardado o sangue, e as prateleiras, as geladeiras estavam todas vazias. Se tinha meia dúzia de bolsas, era muito. E eu me reporte para tempos atrás, porque eu mesmo precisei de sangue. Duas cirurgias grandes que eu fiz, precisei de sangue. A maioria das pessoas teriam que ter essa conscientização, de quanto é fundamental uma doação de sangue, o quanto uma bolsa

de sangue pode salvar vidas, inclusive, a ideia aqui é cada um se conscientizar disso, porque eu, enquanto cidadão, estou fazendo a minha parte.

Eu e o Ver. Alvoní Medina, que pertencemos à Igreja Universal, já fazemos esse movimento de doação, com frequência, e estamos fazendo agora no próximo dia 09 e 10 de junho, o meu Partido, o PRB Mulher, juntamente com o PRB Jovem, estamos fazendo um movimento de ir lá no Hemocentro e fazer uma grande doação.

Então, a ideia aqui, Marilu, é justamente isso, é conscientizar as pessoas, os servidores da Casa, os Vereadores, cada um nas suas bases, movimentar para que mais pessoas sejam conscientizadas da importância de doar o sangue. Parabéns pelo seu trabalho lá e que Deus lhe dê força, porque eu me coloco no seu lugar e vejo a angústia que é ter tantos hospitais para fornecer sangue e olhar para as geladeiras – se for esse o nome usado –, aqueles conservadores todos vazios. Então, que a população de Porto Alegre venha a se conscientizar.

Sr. Presidente, eu havia pedido a Sra. Marilu para trazer o ônibus de doação aqui para que os servidores da Casa e quem tivesse disponibilidade; porém, não houve agenda para ele poder vir aqui. Mas nós estamos fazendo outro movimento para que o ônibus venha, e todos os servidores, Vereadores que quiserem doar possam fazer aqui na Câmara de Vereadores. Um abraço e sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Saudação especial a Sra. Marilu Peck e a todos aqueles que, de alguma forma, colaboram para que haja perspectiva a pessoas que estejam precisando. Eu tenho o hábito de doar sangue e, como tenho muitos conhecidos e conhecidas, dentro das nossas relações, sempre temos alguém que está precisando – isso já foi levantado na tribuna anteriormente. E foi bom ter me encontrado contigo hoje, Marilu, porque eu comecei a doar na época em que estava na faculdade e a orientação era de que a próxima doação só poderia ser feita após seis meses, então, é bom atualizar dados a respeito desses novos procedimentos. A última doação que fiz foi em janeiro e já está na hora de eu voltar a sentar nos bancos.

Eu gostaria também de destacar, como professor de Biologia, que muitas pessoas com pouco mais de conhecimento se resignam ao fato de acharem que não podem ser doadores justamente porque o seu sangue é pouco aceito ou não tem ampla distribuição na população. Cito o exemplo das pessoas que apresentam, como grupo sanguíneo, o grupamento AB. Temos, além da doação direta de sangue, a produção de hemoderivados, e os hemoderivados são subprodutos do sangue que podem ajudar a salvar vidas, como as plaquetas, os fatores de agregação, as unidades de plasma sanguíneo. Então, todos nós, independente do grupamento sanguíneo – eu vi que tu muito bem destacaste a importância do O- dentro da nossa população, de 9% procurarem e doarem com regularidade, mas também todas as outras pessoas... Nós, no Brasil, somos de certa forma abençoados, porque temos uma frequência gênica de “Os” muito grandes. Se comparados com outros países, nós temos uma grande expressão e uma alta frequência desse alelo, que, dentro de outros países, é bastante raro. Somos felizes por isso, mas, infelizmente, muitos de nós não doam, não procuram exercitar esse exemplo de cidadania que é o ato de doar não apenas o sangue, mas também parte de suas vidas, para colaborar com a vida alheia. Reforço o teu pedido, vou tentar disseminar, viabilizando os endereços e os contatos do Hemocentro de Porto Alegre, ali na Bento Gonçalves, pelas redes sociais do nosso mandato.

Agradeço a sua explanação bastante clara enfatizando a importância desse ato de vida. São pequenos atos e pequenas atitudes que fazem com que nós possamos almejar melhores perspectivas. A questão da humanização é importantíssima principalmente nesses momentos em que nós, cidadãos, ficamos tão descrentes com relação aos destinos que a humanidade está tomando. É um hábito saudável e salvador de vidas. Meus parabéns novamente.

Eu gostaria de aconselhar, Presidente, que a Câmara pudesse institucionalizar uma parceria em que coloque, para os nossos servidores e assessores em geral, um momento em que possam fazer essa doação. Um grande abraço, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Presidente Cassio; colegas Vereadores, Vereadores; boa tarde Sra. Marilu Peck, Assistente Social responsável pela captação de doadores do Hemocentro, falo aqui em nome do meu colega Valter Nagelstein, dizendo, primeiro, que esta iniciativa do Ver. Freitas em trazê-la aqui para que possamos, sim, cada vez mais lincados com o Hemocentro e sermos multiplicadores dessa ideia de que doar sangue é um ato de amor. Parabéns, Ver. Freitas. Fica aqui, além dos meus parabéns para o Hemocentro, a sugestão de que, muitas vezes, as pessoas têm interesse em doar sangue, porém, quando chegam lá está lotado. Então, há os horários que não se adaptam aos doadores, ficando a sugestão de ser estendido um pouco mais, até à noite, a captação; de repente, aproveitando alguns postos de saúde que ficam abertos até as 22h. Talvez isso possibilite que mais pessoas façam a doação de sangue, ou aos sábados durante todo o dia. Sou doadora e sinto essa dificuldade: muitas vezes quero fazer a doação, chego no local ou Hemocentro, e como está lotado, deixo de fazê-la para retornar em outro dia, e, às vezes, acabo esquecendo. Vejo essa dificuldade e imagino quantas outras pessoas também a têm. Então, a falta de bolsas de sangue também pode estar nessa questão dos horários que não são mais alargados e aos sábados. Falando com o Ver. Freitas, sei que tem o caminhão que faz esse programa de coleta de sangue em alguns bairros e em algumas atividades mais específicas. Mas acredito que um horário diferenciado facilitaria; de repente, não todos os dias, mas começando por alguns dias na semana. De toda sorte, quero dar parabéns. Dizer, sim, tenham em mim e no Ver. Valter e na Bancada do PMDB aliados nessa busca de termos mais saúde, de salvarmos vida com a doação de sangue, que é um ato de amor. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Antes de passar para as considerações finais da Sra. Marilu, ficaremos à disposição para podermos então trazer a unidade móvel, previamente combinado, inclusive, com uma campanha interna aqui na Câmara Municipal. Vamos ver os resultados e, quem sabe, possamos fazer de 90 em 90 dias, com periodicidade para os homens e para as mulheres; talvez possamos instituir quatro momentos de comparecimento da unidade móvel por ano aqui na Câmara de Vereadores. Nós ficaremos com seus contatos, Sra. Marilu, e o Ver. José Freitas poderá nos auxiliar para fazermos uma campanha de divulgação, talvez até com distribuição de algumas

senhas para os servidores, para organizar os horários para termos um bom comparecimento. Faremos uma consulta para saber qual o melhor dia. Nós temos aqui, entre Vereadores, gabinetes e servidores de carreira cerca de 300 pessoas, que acredito que possam dar uma boa contribuição nessa campanha.

A Sra. Marilu está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. MARILU PECK: Eu fico muitíssimo agradecida pela receptividade que o hemocentro teve aqui pelo seu convite, Ver. José Freitas, porque eu sei que isso é um assunto que toca muito no coração de todos nós, porque todos temos alguém do lado com um pouco de mais idade, de menos idade; as pessoas têm filhos, têm amigos, e todos, de alguma forma, um dia podem precisar, e a gente está à disposição. Eu, sinceramente, estou extremamente feliz em saber que o hemocentro vai poder contar com todos para que nós possamos ter, pelo menos de dois em dois meses, um número suficiente de pessoas para poderem ajudar, atender todas as necessidades, porque, como eu digo, nos não somos Deus para poder dizer que “esse leva sangue hoje, aquele hoje não pode levar”. Então todos que precisam de sangue têm que receber.

Eu agradeço muito a atenção de vocês, a receptividade, e vamos marcar um dia, quem sabe, Presidente, para gente começar este trabalho. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença da Sra. Marilu Peck, representante do Hemocentro. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h36min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h37min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Plano Plurianual em debate nesta Casa. A preliminar que faço, Ver. Robaina, é que é um plano para quatro anos; são diretrizes de trabalho para os próximos quatro anos, sempre três do Governo que está coordenando a sua elaboração, e o primeiro ano seguinte da futura gestão, a gestão a ser eleita. Eu tenho como hábito, nesta cidade de Porto Alegre, que a discussão do Plano Plurianual seja compartilhada com a sociedade organizada, colocando, para medida da população, quais serão as diretrizes para esse próximo período e a transição. Essa é a preliminar. Eu não conheço nenhum debate prévio que tenha feito o Prefeito Marchezan Júnior para apresentar esse Plano Plurianual. O tema do Orçamento Participativo, que era, no mínimo, a estrutura organizada da sociedade para opinar sobre o Plurianual, porque se uma Cidade coloca em curso em todas as regiões em debate os rumos e prioridades de investimento nesta Cidade, portanto tem um acúmulo por mais viciado que esteja, por mais burocratizado que esteja. O Ver. Adeli fez um seminário aqui sobre Orçamento Participativo, e as falas de análise do Orçamento Participativo mostram um período de burocratização, principalmente por vários elementos, a prévia escolha de chapas antecipando as assembleias populares, por exemplo, que não permitem a participação de quem vai diretamente na escolha do delegado. Vários elementos de burocratização, mas, por mais que esse instrumento tenha sofrido essa burocratização, é um instrumento que hoje tem um diagnóstico, no mínimo, um grande diagnóstico da cidade de Porto Alegre, um diagnóstico que pode ser simplificado nas milhares de obras não realizadas, demandas não realizadas, mas que é muito mais do que isso, é a forma como a Cidade presta o serviço ou não. A forma como a Cidade se relaciona com o seu Governo. Então não tem nenhuma explicação, primeiro, pelo cancelamento das plenárias nas audiências públicas no primeiro ano. Porque, no primeiro ano de um Governo, ele poderia ouvir a população inclusive sobre as insatisfações do Governo anterior, houve uma mudança significativa no perfil do governo do ano passado para este ano. Segundo, porque este ano é o ano da elaboração e votação do Plano Plurianual, portanto as audiências públicas na cidade de Porto Alegre poderiam estar tirando as principais diretrizes. Foi dispensado um instrumento que levou Porto Alegre para o mapa-mundi, nós podemos afirmar isso. Porto Alegre, através do Orçamento Participativo, foi para o mapa-mundi, no mundo inteiro se tem notícia da nossa Cidade pelo exercício da participação direta e também porque, a partir desse exercício, dessa

democratização, nós atraímos para cá os grandes Fóruns Sociais Mundiais, quatro grandes edições, buscando o novo mundo possível.

Então, o Governo Marchezan simplesmente dispensa esse instrumento em vez de revitalizá-lo. Não o ativa para escrever o Plano Plurianual. Mandou um Prometas para cá, que ainda estamos a analisar qual a relação do Prometas com o Plano Plurianual, porque recebemos isso muito recentemente. A audiência do Prometas, infelizmente, bateu numa agenda importante minha, mas o Ver. Aldacir Oliboni estava aqui representando a Bancada do PT. Eu li as notícias nos jornais e sei que a maioria das falas não criticou o Prometas, mas tem um documento do Conselho de Educação fazendo críticas fortes a não participação.

Enfim, essa é a primeira rodada de discussão do Plano Plurianual, são dez minutos, sei que é longo o debate, só que talvez consigamos, utilizando os dez minutos, suprir um pouco e construir alguma alternativa para a discussão do Plano Plurianual. Este plano contém cinco anexos, demonstrativo da previsão da receita, resumo das despesas do programa de Governo, resumo das despesas por função, demonstrativos dos programas e ações do Poder Legislativo. A minha provocação aqui é, primeiro, Orçamento Participativo e toda sua rede não está chamada pelo menos na sua pluralidade, nas suas regiões para discutir e constituir. Segundo, o Prometas veio para cá como um plano de intenções, com metas muito generalistas, ousadas algumas delas, sem uma base técnica de avaliação, mas muitas equivocadas, o próprio Conselho de Educação apontou. Acho que nós estamos numa polêmica bastante grande sobre o tema receita e despesa. Fiquei contente que o Governo priorizou de um lado os projetos que indicam alguma busca de receitas para o dia 19, e acho que deveria estar agilizado, mas tem ainda um debate muito obscuro sobre fluxo de caixa, já firmamos aqui, firmamos para o Secretário de Fazenda que, nos dois meses, abril e maio nós temos mais receita que despesa, portanto o quadro pintado não é o quadro que está colocado pelo Governo. Esse plurianual tem inclusive inovações, Ver. Pujol, Vereadores da CEFOR, porque o tema todo da receita e despesa, apresenta, pela primeira vez, programas, uma outra organização, programas novos. Tem muitos programas novos, nós estamos iniciando o Governo, Ver. Camozzato, Programa Gestão de Processo e Tecnologia e... Tem toda agora uma apresentação de programas, gestão de pessoas, enfim, que nós precisamos nos aprofundar. A minha opinião é que nós, enquanto Câmara, tentemos suprir essa lacuna lamentável. Inclusive,

pág. 22

eu ia falar também só do Conselho do orçamento Participativo, mas também dos inúmeros Conselhos, são vinte e tantos conselhos que esta Cidade tem, são temáticos, Conselho da Cultura, da Educação, do Esporte, Lazer e Recreação. Ver. Cassiá Carpes, agora, dia 12, assume o novo Presidente do Conselho de Esportes. A nossa Frente Parlamentar está convidada para participar da posse. É dia dos namorados, mas é no início da noite, e acho que nós todos estamos preocupados com os destinos da Secretaria de Esportes e poderíamos prestigiar o Conselho do Esporte para que ele ganhe estofo, porque ele é um Conselho que está muito voltado ainda ao Fundo Proesporte. Eu digo que o Conselho deveria opinar sobre isso. Será que no Plano Plurianual há um incremento na área do esporte, lazer e recreação? Será que foi pedido para a sociedade? Se perguntarem para a sociedade, ela vai querer ampliar, eu tenho certeza, assim como a Cultura. Então me parece que nós precisaremos fazer primeiro uma audiência pública. Quero deixar uma sugestão, Ver. Valter, quem sabe alguma audiência pública descentralizada também? A Mesa Diretora poderia avaliar, porque é um plano de uma densidade muito importante, é uma mudança de programas, é o início de um novo Governo e é um rumo para os próximos quatro anos. Acho que a gente, como Câmara, aqui, tem suprido algumas lacunas importantes da falta de diálogo e democracia no início deste Governo e, no mínimo, é este o compromisso que nós precisamos manter com a sociedade, já que somos um Parlamento plural. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Sofia. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este é um momento importante para que a gente possa aqui analisar esse Plano Plurianual 2018/2021. O telespectador deve estar em casa perguntando: “Por que 2018/2021?” Porque é assim, ainda este ano é um Orçamento do governo anterior. A partir de 2018, é que começa, sem dúvida, o Orçamento Plurianual, adentrando aí outro mandato deste ou de outro Prefeito. Mas é importante nós fazermos algumas relações aqui. Os objetivos

estratégicos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no período de 2018/2021: Desenvolvimento Social - aumentar e qualificar ofertas de vagas na Educação Infantil, e, eu, junto à letra b, Dr. Goulart: melhorar a qualidade do Ensino Fundamental. Olha, aqui está não só o problema de Porto Alegre, mas o problema da Educação no Brasil, Prof. Alex, o infantil e o fundamental. Aqui começa a base da nossa educação. Os governos se equivocaram, João Bosco: deram um salto e foram lá para o universitário, mas é aqui que forma a base da educação no Brasil, a qual foi, no meu entender, esquecida. Para o telespectador entender: é prerrogativa do Município a educação infantil e o ensino fundamental. Por isso que aqui está estabelecido. O ensino médio é prerrogativa do Estado.

Outro ponto: ampliar a integração entre órgão de segurança, visando a proteção social. Nós já debatemos isso, João Bosco, na nossa comissão com o Secretário de Segurança do Município, que está com boas intenções de fazer uma bela parceria com aquilo que V. Exa. já tinha deixado na época da Copa, ou seja, usar toda aquela aparelhagem, aquela estrutura, aquele fundamento de segurança para a Capital, integrando com a Brigada Militar e outras instituições.

Próximo ponto: ampliar o uso da tecnologia, visando a segurança da população, nesse mesmo caminho, com aquela mesma estrutura já deixada.

Próximo ponto: implantar e qualificar o fluxo de tratamento dos pacientes entre órgãos de saúde.

Mais um ponto, cujo quesito diz respeito à saúde: reduzir o tempo de espera para exame e consultas com especialistas. O que mais se fala numa campanha eleitoral é aquele velho trinômio - saúde, educação e segurança -, que, muitas vezes, é esquecido, depois, no trabalho do Executivo. Saúde! Como o porto-alegrense precisa de mais saúde, de amparo das famílias, de uma boa saúde para as nossas crianças, para a nossa juventude. Outro ponto: promover o desenvolvimento social como forma de inclusão.

Mais um: garantia dos direitos humanos e redução da pobreza. Há várias formas de reduzir a pobreza. A pobreza, às vezes, acontece em razão da questão salarial, da falta de educação, da falta de saúde. Então, é lógico que o Município tem que participar de toda essa estrutura para dar melhores condições, principalmente para as pessoas mais pobres, para aquelas que, às vezes, têm dificuldades de ir a um posto de saúde, de educar um filho, de ter a segurança básica, fundamental na sua região.

Próximo ponto: promover o acesso à cultura para a população, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade social. Às vezes, as pessoas não dão valor, João Bosco Vaz, para a cultura, mas isso é educação, significa também evoluir dentro da sua comunidade, compartilhando e interagindo com outras atividades.

Quanto à infraestrutura, economia, serviço e sustentabilidade: promover um ambiente favorável ao negócio, mas para ter um ambiente favorável é preciso uma Capital ágil na elaboração dos projetos, na estrutura de aprovação dos projetos, Ver. Valter Nagelstein - V. Exa. que foi Secretário desta Cidade -, tem que ter agilidade, mas também não pode ter rancor, tem que conversar, tem que dialogar com todos na busca do objetivo.

Desenvolver a infraestrutura urbana e ambiental de forma sustentável. Quero aproveitar aqui a oportunidade e falar que a cidade foi asfaltada demais, a cidade deveria deixar muito mais paralelepípedos. Nós temos, aqui, Ver. João Bosco Vaz, o exemplo da Av. Borges de Medeiros, que é com paralelepípedo, e, do outro lado, a Av. Praia de Belas, toda asfaltada. Qual é a melhor com relação à questão ambiental? Aquela que tem paralelepípedos! Se ali colocassem asfalto, como fizeram desorientadamente na nossa Cidade, teria muito mais problema ambiental. Nós não teríamos, quem sabe, esses problemas na Cidade, não fosse tão asfaltada; mas o tal de desenvolvimento através do asfalto realmente trouxe esses problemas gravíssimos para a nossa sociedade.

Qualificar os serviços urbanos de maneira unificada, para aumento da satisfação e segurança do cidadão. Fala-se, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, da colocação de um subprefeito nas regiões. Sou plenamente favorável, mas faço uma observação: subprefeitos sem autonomia e sem poder jamais vão buscar ou obrigar uma secretaria a fazer o seu trabalho na comunidade. Se ele não tiver força, se ele não tiver autonomia, independência e conhecimento, ele jamais vai levar o DMAE para resolver um problema na sua região; jamais vai conseguir que o DEP, a SMOV, a SMIC cheguem lá. Portanto, ele tem que ter autonomia e, conseqüentemente, a participação da sociedade.

Gestão a finanças. Implantar uma gestão fiscal justa e sustentável. Isso é muito importante.

Ampliar a transparência na utilização dos recursos públicos e a participação do cidadão nas decisões governamentais. Aproveito para salientar que a Ver.^a Sofia Cavedon aqui falou do Orçamento Participativo. Ninguém nega a importância do Orçamento Participativo, não só pela questão democrática, não só pela questão de ajudar a Cidade,

mas o que nós vimos nos últimos anos era uma politicagem: iam lá nas comunidades, prometiam e não realizavam. Isso é assim há muito tempo. Há muito tempo e por várias razões: em primeiro lugar, colocaram obras que não têm e não estão no orçamento para o futuro. Portanto, essa é uma questão que agora o nosso colega Ver. Adeli Sell vai se debruçar, fazendo a Frente Parlamentar do Orçamento Participativo, da qual nós vamos participar, sugerir, interagir e buscar uma alternativa para o futuro, para que a Prefeitura possa cumprir com essas comunidades. Ampliar a transparência, portanto, nas decisões governamentais são muito importantes. Buscar a eficiência na administração pública e promover parcerias estratégicas com os demais agentes econômicos. É fundamental para a Cidade, uma administração moderna, uma administração aberta para o diálogo com a sociedade.

E aqui vem uma questão pela qual nós estamos pagando caro no Brasil, item d: valorizar e motivar os servidores. Neste País, ultimamente, os funcionários públicos estão se tornando o bode expiatório. Tudo é culpa do funcionário. A roubalheira é culpa do funcionário, a impunidade é culpa do funcionário, a corrupção é culpa do funcionário. Vamos desmistificar essas coisas. Então eu acredito que buscar o diálogo com o trabalhador do Município – e quero salientar aqui, até porque fui secretário, como o Ver. João Bosco, como o Ver. Valter Nagelstein, e nós sabemos que um trabalhador, na secretaria, motivado, com bom diálogo com o secretário, com bom diálogo com o prefeito, vai render muito mais, com seu salário em dia, com a valorização do funcionário. Agora, qualquer coisa: ah, o funcionário não faz isso. Está aí a prova, Ver. Nagelstein, se compararmos as secretarias que nós tínhamos na mão com as secretarias que temos hoje, vamos ver que elas estão sucateadas. Não tem mais condições de prestar serviço à sociedade. A Secretaria de Obras, da qual eu fui secretário, hoje tem um maquinário velho, tem duas usinas, sendo que uma funciona e outra não funciona, não tem mais funcionário para tapar o buraco na rua, perdeu a sua qualificação, perdeu a sua estrutura, perdeu o seu *know-how*.

Imaginem a Cootravipa fazendo o serviço da SMOV, do DEP, do DMAE! Não há condições. Então eu acredito que nós precisamos efetivar esse Plano Plurianual. Não basta ter um Plano Plurianual, mas tem que efetivar ano a ano para que nós tenhamos, realmente, todo o orçamento.

Para concluir, peço uma pauta positiva com relação a esses projetos do Governo Municipal aqui na Casa, porque a maioria vai passar por este plenário, serão aprovados, mas estão há mais de 15 dias na Casa, e o Prefeito tem que orientar seu líder para que possamos votar, para que a reforma administrativa saia do papel e efetivamente seja concluída na Cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado, Presidente. Boa tarde, senhores. O Plurianual é uma ferramenta de gestão e isso fica muito claro quando se analisa a sua estrutura, que é uma ferramenta recente, muita gente fala sobre um plano de intenções ou mesmo de apenas uma formalização de algo que não é cumprido. Não deveria ser assim, afinal trata-se de um meio de execução de políticas públicas, ele não trata unicamente da finalidade, e por isso, por ser um meio de execução, ele deve ser real, factível e coerente com os objetivos propostos. A discussão, portanto, é sobre gestão não-ideológica ou política. O plano de intenções não nos interessa e não interessa ao cidadão de Porto Alegre, portanto, o Plano Plurianual trata de uma organização racional de mão de obra de recursos e que deve ser tratado desta maneira para que as atividades propostas sejam executadas e o atingimento dos objetivos seja de fato realizado. Aquilo que não é atingido no Prometa, deve ser, sim, justificado, para que as lacunas possam ser observadas e tratadas. Quando vim da iniciativa privada, e estou tendo minha primeira experiência no Legislativo, essa talvez seja uma das grandes diferenças que se percebe, é justamente a forma como a gente lida com gestão: nós precisamos profissionalizar a gestão no setor público, e isso passa por discutirmos com profundidade ferramentas como o Plano Plurianual, ferramentas como o Orçamento do Município, que a gente trate essas ferramentas e esses objetos com a devida seriedade que eles merecem, para que a gente não tenha neles apenas um plano de intenções ou de palavras jogadas ao vento. Na gestão privada, temos o uso recorrente de uma prática que se chama PDCA: Planejar, desenvolver, corrigir e agir. Então o Plano Plurianual entra justamente neste ponto, de ser uma etapa do PDCA para o Município de Porto Alegre. Eu espero poder contribuir com

isso, e acredito que essa nova legislatura tenha o dever de fazer com que este plano não seja um plano de discussão ideológica ou de intenções, mas sim de realização de políticas públicas factíveis, viáveis, e financeiramente sustentáveis. É disso que se trata essa discussão, e é isso que eu gostaria de ver, e peço aos colegas para observarem durante essa etapa de discussão toda do nosso plano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato, que dá uma demonstração de concisão, de objetividade, e eu desejaria, obviamente, se possível, que se continuasse nesta toada. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ADELI SELL: Ver. Valter, colegas Vereadores e Vereadoras, a concisão, a clareza e a precisão não são dons de todo mundo, mas o Ver. Camozzato começou bem. Acontece que o PLE nº 007/17, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, é também tremendamente conciso. É a primeira vez, nesses meus 20 anos de Casa, que eu vejo um Plurianual, pelo menos na sua parte essencial, tão conciso. Acho tremendamente importante, porque se eu lesse aqui, agora, e as pessoas não soubessem de que cidade eu estou falando e que prefeito ocupa a cadeira do Executivo neste momento, seria difícil dizer qual sua posição político-partidária, se é um governo dessa ou daquela coloração. Começa tremendamente bem; por exemplo, no eixo do desenvolvimento social, o que eu defendi aqui, dias atrás: aumentar e qualificar a oferta de vagas da educação infantil. Perfeito, está escrito, portanto vamos cobrar. E mais, melhor ainda, porque continua no mesmo diapasão: melhorar a qualidade do ensino fundamental. Como faremos isso? Tem um debate aqui em Porto Alegre que ninguém se aventura muito a entrar, que é a discussão do IDEB, porque nós temos escolas importantes, temos professores altamente qualificados, mas nós temos problemas no ensino fundamental. Continuamos muito bem: ampliar a integração entre os órgãos de segurança visando a proteção social; perfeito! Nós temos uma Cidade insegura, temos que fazer exatamente isso. Como faremos? Há recursos? Há parcerias? Há integração com o Estado e com a União, Ver. Alex? Eis o meu questionamento. Continuamos bem no ponto quatro: ampliar o uso de tecnologia visando a segurança da população. Como

dizem os gaúchos: baita negócio! Ver. Alex, eu quero ouvi-lo sobre o tema da ampliação do uso de tecnologias visando a segurança da população.

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli, ouvindo atentamente as suas palavras, me recordo que o Prefeito Marchezan vetou um projeto de autoria, inclusive, do Líder do Governo, o Ver. Cláudio Janta, que utilizava ou se propunha a utilizar os *smartphones* da população para integrar a rede de segurança na nossa Cidade, ou seja, tecnologia para combater o crime. Se essa é uma das propostas do Plano Plurianual, por que rejeitar um projeto que vinha justamente agregar isso ao nosso sistema de segurança? Não compreendo.

O SR. ADELI SELL: Perfeito, obrigado. Mas o ponto cinco é melhor ainda: aumentar e qualificar a atenção primária à saúde. É tudo o que precisamos! E, nesse ponto, faça-se justiça. Eu não vi nenhum Vereador aqui criticar a gestão do Secretário Erno Harzheim, que, diga-se de passagem, está indo a todos os postos de saúde – e eu o acompanhei a alguns, por exemplo, às 8h da manhã, na ESF Castelo, na Restinga. Ouviu o que queria e o que não queria, mas fez um trabalho, que eu acompanhei e sou obrigado a apoiar. Agora, como eu disse anteriormente, nós vamos acompanhar.

Ponto seis: implantar e qualificar o fluxo de tratamento dos pacientes entre os órgãos de saúde. Claro! O Secretário me disse que demora 28 horas para livrar um leito em Porto Alegre, quando o normal, em nível mundial, seria demorar 4 horas, considerando a pessoa que sai, a outra que entra, limpa, arruma, faz a desinfecção, etc. Reduzir tempos de espera para exames e consultas a especialistas. Perfeito! É tudo o que o povo quer. Promover o desenvolvimento social como forma de inclusão, garantia de direitos humanos e redução da pobreza. Opa, nós temos moradores de rua, drogaditos; temos um gravíssimo problema que é a violência doméstica. Não pode fechar a casa, tem que reestruturar o sistema, porque nós sabemos que as casas de inclusão e de passagem, hoje, em Porto Alegre, são questionáveis. Eu diria, inclusive, se quiserem poupar grana para resolver esse problema, que tem que fazer o que eu disse na sessão passada: glosar o pagamento de alguns contratos, serviços não prestados, coisas não feitas. Parece que algumas coisas estão sendo feitas, Camozzato, e eu estou atento a isso. Nós temos que estar atentos. Vamos adiante.

Promover acesso à cultura para a população, especialmente às crianças em situação de vulnerabilidade social considerando uma programação focada ao longo do prazo e revitalizando os bens e patrimônios culturais. Isso parece ser do PT, do meu Partido. Foi um petista quem escreveu isso, ou não foi? Eu estou gostando! Como dizia o Ver. João Antonio Dib, que discutia muito a questão orçamentária, tenho saudades do Dib, dos bons debates daqui sobre a questão orçamentária.

No eixo da infraestrutura, economia, serviço, sustentabilidade: promover ambiente favorável aos negócios. Vamos fazer isso, Camozzato? A primeira coisa: tem que acabar com a Sala do Empreendedor, que de empreendedor não tem muita coisa, só se mudou nos últimos dias! Se a sua, a minha e a pressão de outros ajudaram! Estou curioso!

O Sr. Felipe Camozzato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito interessante, Adeli. Casualmente, eu estive esta semana na Sala do Empreendedor, fiz uma visita surpresa junto com a Ana, minha Chefe de Gabinete, para conhecer como estava funcionando. Realmente, tiveram várias mudanças nesses últimos dias, quero acreditar que as nossas críticas ajudaram o Executivo a fazer mudanças na Sala do Empreendedor. Vi que foi implementado não só uma disponibilização de fichas para quem chega no horário, mas eles estão revendo os atendimentos para que os funcionários possam atender no período em que não há comparecimento dos agendados, já tem uma pesquisa de satisfação disponível. Acho que as coisas estão caminhando, apesar de ainda ter muitas outras para mudar. A gente tem trabalhado na Frente do Empreendedorismo da Desburocratização. Saúdo a ajuda dos Vereadores que compõem a Frente, tanto tu, Adeli, o Presidente Valter e outros aqui da Casa, que estão participando dessa e de outras frentes que têm colaborado para que a gente consiga ter uma Cidade mais amiga do empreendedor. Obrigado pelo aparte.

O SR. ADELI SELL: Eu que agradeço, Camozzato. O Ver. Valter Nagelstein, o Ver. Dr. Goulart e o Ver. Cecchim foram Secretários da SMIC, e o Cecchim, nós podíamos fazer uma visita, para verificarmos, afinal de contas, nós passamos por essa Secretaria. Quero dizer, a gente passou e acho que marcou alguma coisa. Mas, Camozzato, achei interessante, portanto, está valendo a pena a nossa peleia aqui, e a boa peleia. Desenvolver infraestrutura urbana em ambiente de forma sustentável. Vamos ver, nós

temos muitos problemas nessa área. Nós tivemos, dias atrás, a assessora de Bancada, Simone Mirapallete, que já trabalhou na SMAM, com o novo Secretário da SMAS, Maurício Fernandes, e de fato, é uma pessoa que conhece o assunto, abriu uma agenda muito interessante. Eu não sou sectário, nem arrogante, portanto, nós vamos continuar acreditando e dialogando. E vou concluindo por aqui, porque agora entra na questão da gestão de finanças, e eu já dei algumas opiniões aqui e vou novamente reiterar: se não resolver o problema de alguns contratos, como aqueles do DEP, especialmente com a Cootravipa e outras empresas de fachada e meia boca, nós não resolvemos o problema de finanças em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho à tribuna comendado por gentileza do Partido dos Trabalhadores, primeiro a Ver.^a Sofia Cavedon me emprestou um documento que ela tinha na mão, e agora o Ver. Adeli Sell quis me oferecer o dobro do documento, porque era massudo. Aliás, essa é a realidade que a gente convive, Presidente Valter Nagelstein, que felicidade de vê-lo na presidência da Casa! Espero que V. Exa. se acostume, e que eu lhe ajude a manter esse costume. Eu quero dizer o seguinte: eu sou um cético com relação aos orçamentos. Neste País, que no governo de Fernando Henrique foi enriquecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que no Governo Sarney teve todo esse processo, a partir da construção, reordenamento jurídico, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plurianual, a Lei Orçamentária propriamente dita. Nós temos uma legislação imensa que, evidentemente, é olhada por aqueles que são responsáveis pela coisa pública. Mas o que eu constato, Sr. Presidente, é que nós temos uma dificuldade imensa de enfrentar o equacionamento razoável, a dicotomia entre a receita que se estima e a despesa que se fixa. Eu não encontrei ainda nenhum caso em que houvesse uma razoável aproximação entre a receita e a despesa que, no mínimo, fica 0,45, 0,60 a mais ou a menos, e, isso, aliado a termos percentuais, não é nada; em números relativos é muito. Agora mesmo se observam coisas mínimas na primeira passagem de olhos que se faz na análise dessa lei

que limita e estabelece os parâmetros para as despesas a serem efetivadas nos exercícios de 2018, 2019 e 2020. Vereador líder do Partido Novo, primeira constatação: não sei se é um recuo ou um grande avanço, mas os valores aqui fixados são bem menores do que os fixados para o Orçamento deste ano. O conjunto das despesas aqui estabelecido é de 7 bilhões e 312 milhões de reais e, no Orçamento deste ano, Ver.^a Sofia, é quase de 9 bilhões. Então, há um fato importante a ser estabelecido em que nós temos uma redução considerável na projeção das despesas a serem feitas em previsão neste ano e no ano vindouro. Neste ano, nós iríamos a quase 9 bilhões; no ano que vem, nós vamos a 7 bilhões e pouco; onde é que vão descer essas despesas? Onde é que está essa mudança? Será que eu me engano muito? Ou será que no linguajar técnico há um elemento que eu não esteja observando? Será que aqui nós estamos falando exclusivamente dos valores da Administração Centralizada - não me parece que é isso -, e está se deixando de considerar os valores constantes da administração autárquica e descentralizada? Daí nos recuperaríamos, com facilidade, esse 1,900 bilhão de disparidade entre uma e outra, Ver. Cassiá.

Hoje é o primeiro dia de discussão dessa matéria, e a gente tem que começar pelo começo, não há como a gente querer chegar pelo fim. Como é que foi registrada, prevista, estabelecida e programada a coleta e a aplicação dos recursos públicos, porque não há receita que não seja coletada do contribuinte através do pagamento do tributo respectivo. Nessa ordem, Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu começo a apresentar e radiografar na amplitude o meu ceticismo. Este ano, há a alegação, do Governo que se instalou, de que nós temos próximo de R\$ 1 bilhão de distorção entre a receita prevista e a receita realizada para dar um empate, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que assim o seja. Ora, se isso ocorre, nós temos mais de 10% de desfoque entre o que está previsto no Orçamento deste ano e o que é previsto, possível e viável de ser arrecadado. E aí começa o corte. No Orçamento que está vigorando, eu tive a preocupação – e alguns me disseram que eu era ingênuo – de estabelecer uma norma dizendo que o Governo não poderia contingenciar mais do que 20% do total e 10% de programa, isso até para evitar algumas circunstâncias que são comuns, em que o Governo contingência toda a verba de investimento na cultura e é liberal com outras áreas. Houve momentos, e é isso que provavelmente os companheiros do Partido dos Trabalhadores e do PROS não vão gostar de ouvir, em que se congela R\$ 600 mil destinados a fazer festas populares,

carnaval descentralizado, e se libera um milhão – isso foi o que aconteceu no ano passado – para o Fórum Social Mundial. Na minha opinião está tudo errado nesse sentido, mas as opiniões se respeitam. É que isso é muito técnico, mas o tecnicismo não pode esconder a realidade do cotidiano, junto com os números vêm projetos, vêm propostas bonitas, bem denominadas, Porto Alegre é mais segura – coisa melhor do que isso pode ter, Ver. Alex? Não queres uma Porto Alegre mais segura? Lá no Extremo-Sul está seguro? Nem naquelas ruas que nós discutimos lá a maravilha chegou – não; continua tendo preocupação. E assim é. Então, há mais de 20 anos eu presidia a Comissão de Finanças da Casa, parece incrível, mas aconteceu isso: todos se acostumaram a me ver como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, em que pese, com muita honra, eu estar há mais de dois anos na Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Casa. Acho, Sr. Presidente, em que pese, às vezes, aparecerem pessoas que querem oferecer críticas à situação econômica do Município e oferecer soluções miraculosas, como um técnico brilhante da Fundação de Economia e Estatística, que, em entrevista, no último sábado, ao jornal Zero Hora, dizia que, para resolver o problema da economia do Município, tem-se que reduzir a participação do Poder Legislativo no Orçamento do Município. Ele, desconhece que todos os anos - a Ver.^a Sofia presidiu a Casa num ano, sabe bem disso e todos nós sabemos -, este Legislativo devolve para o Executivo mais que 10% do valor orçado. Até porque, em grande parte, seria um absurdo não fazê-lo, porque as burocracias são de tal ordem que não tem dificuldade até de fazer, de acordo com a lei e com o estabelecido, despesas corretamente adequadas, que não vão criar problemas depois com a direção da Casa junto aos tribunais respectivos. Acho que essa discussão de hoje é um esboço, é uma previsão do que nós devemos discutir. Eu gosto de discutir na Pauta, porque aí é uma discussão que não configura preconceito com nenhuma situação específica, mas é, meu querido Líder do Partido NOVO, a discussão mais forte que deveria acontecer na Casa. Por isso eu conversava há pouco com V. Exa., e, quando eu estou na Casa, digo que eu não quero discutir nada de carga... Só quero ir para a Comissão de Economia e Finanças. Fez bem, é por ali que a gente pode começar a contornar a maioria das coisas que acontecem na Casa e que depois, vocês que têm cabelo ficam descabelados com o que aconteceu e os que não têm cabelo ficam desmoralizados, porque ficam botando lei em cima de lei que não são cumpridas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradeço muito, Ver. Reginaldo Pujol. Com isso concluímos o período de discussão de Pauta Especial.

O Sr. Cassiá Carpes (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h25min.)